

PERFIL REGIONAL DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO BRASIL

Anita Kon¹

RESUMO

O artigo analisa as características regionais do trabalhador brasileiro por conta própria ou autônomo, particularmente no que se refere ao padrão de distribuição ocupacional, buscando qualificar as diversidades decorrentes dos níveis diferenciados de desenvolvimento econômico do país. Estas diferenças determinam a capacidade de cada espaço de reagir aos impactos dos novos requisitos demandados pelos atuais processos produtivos e organizacionais, bem como pela situação conjuntural, que vem conduzindo a uma representatividade considerável de trabalhadores fora das empresas. A partir de informações da PNAD de 1997, este perfil regional é retratado pela distribuição dos trabalhadores segundo a segmentação ocupacional, nível de escolaridade, rendimentos médios, número de horas trabalhadas por semana e gênero. Para algumas variáveis são efetuadas comparações com os anos de 1983 e 1989.

Palavras-chave: trabalhador por conta própria; análise regional; setor informal.

ABSTRACT

The paper analyses the regional characteristics of the Brazilian own-account worker, in what refers to the occupational pattern of distribution, aiming to qualify the differences derived from the country's divergent levels of economic development. These differences determine the capability of each space to react to the impacts of the new requirements of the present productive and organizational processes, as well as of the conjuncture situation, which have been conducting to a considerable participation of workers out of enterprises. From 1997 PNAD's informations, this regional profile is pictured by the workers distribution according to the occupational segmentation, school level, average remunerations, number of weekly worked hours and gender. For some variables, comparisons with the years 1983 and 1989 are made.

Key-words: informal sector workers; regional analyses; informal sector.

1. Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e-mail: akon@terra.com.br, EAESP/FGV e PUC/SP. O presente artigo baseia-se em pesquisa financiada pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O conceito do trabalhador por conta própria vem sendo delineado como oposição ao de empregado, tendo em vista que neste último caso o trabalhador é alocado em ocupações em empresas formal ou informalmente constituídas, ou seja, do trabalho assalariado. Dessa forma, o trabalho por conta própria ou autônomo é definido, de uma forma generalizada, como uma situação em que o trabalhador exerce a ocupação de forma independente, controla seu processo de produção, é proprietário do capital empregado na produção e recebe uma renda (e não salário). Esta renda resulta da diferença entre gastos (com a produção e com o consumo próprio) e receitas e não é determinada anteriormente, pois depende da qualidade e quantidade do trabalho oferecido e também da demanda direta do mercado no período (Pires, 1995). As categorias específicas de trabalhadores, que apresentam estas características, incluem uma série de ocupações que podem abarcar uma gama de objetivos diferenciados que vão desde a consecução mais direta de renda para sobrevivência, até a acumulação de um excedente de capital que poderá ser reinvestido em uma escala mais ampla de produção.

Para alguns autores, o conceito generalizado de trabalhador por conta própria pode incluir algumas categorias de trabalhadores que possuem características diferenciadas quanto ao grau de autonomia sobre a decisão do processo de trabalho, ao objetivo de geração e apropriação de um excedente de produção e ainda à propriedade dos meios de produção. Assim, alguns trabalhadores autônomos fornecem sua força de trabalho a empresas esporádica ou temporariamente, sem vínculo trabalhista legalizado, utilizando meios de produção que podem ou não ser de propriedade das empresas e submetendo-se ao processo de trabalho estipulado pela empresa. Este trabalhador autônomo é diferenciado do trabalhador assalariado sem carteira que atua na empresa sem contrato legalizado de trabalho, porém não de forma temporária.

Uma outra categoria definida na literatura e englobada na classificação de conta própria consiste no “auto-emprego”, que é conceituado de forma a distinguir a ocupação dependente exercida pelo empregado em uma empresa, do auto-emprego independente. Consolidando a idéia de vários estudiosos, esta distinção é retratada na idéia de que o auto-emprego tem um grau de autonomia e controle

sobre seu trabalho, bem como uma independência organizacional, e exercem uma atividade dentro de um negócio integralmente ou parcialmente próprio, diferentemente do empregado assalariado. Nesse sentido, uma empresa com um único trabalhador, que é ao mesmo tempo a força de trabalho e o detentor do capital, seria o exemplo mais direto de auto-emprego (Bernhart, 1994; Bryson e White, 1997, Pamplona, 2000). O auto-empregado, nesse sentido, seria seu próprio patrão e não vende sua força de trabalho no mercado de trabalho, ou seja, se auto-emprega como assalariado ou é o capitalista de si mesmo.

Outras formas de trabalho a domicílio por conta própria, que se relacionam particularmente à terceirização de ocupações de empresas, ou de subcontratação ou ainda a franquias, podem utilizar tecnologias mais avançadas, como o computador pessoal, outros instrumentos eletrônicos e ainda a comunicação via telefone (como a recente difusão do *telemarketing*). Estas novas formas de ocupação criam condições autônomas de trabalho e têm estimulado a inserção de um número maior de trabalhadores que não encontram possibilidade de um trabalho mais dependente e mais próxima do assalariamento. Neste caso, grande parte destes serviços é responsável pela elevação da participação de mulheres no mercado de trabalho (Aronson, 1991; Pamplona, 2000).

A partir destes conceitos, este artigo examina as características do trabalhador brasileiro por conta própria ou autônomo, particularmente no que se refere aos padrões regionais de distribuição ocupacional. A existência de uma parcela da força de trabalho que se ocupa por conta própria, está primeiramente relacionada às hipóteses básicas de que esta condição, por um lado, é ligada à natureza da oferta de trabalho, no que se refere ao “capital humano” apresentado pelos trabalhadores. Este capital humano é composto em parte pelas capacidades mentais e físicas dos trabalhadores que são inatas, porém são também resultado da escolaridade adquirida, treinamento no posto de trabalho e em outros cursos profissionalizantes ou de especialização. A característica comum destas capacidades é que elas mantêm ou aumentam o valor de mercado do trabalho oferecido e as oportunidades de trabalho das pessoas que participam na força de trabalho (Bryson e White, 1996).

Ainda do lado da oferta, outra hipótese assumida é de que influenciam nesta distribuição de trabalho fora de empresas, além do capital humano, não apenas as características das ocupações exercidas, mas também o perfil demográfico destes trabalhadores, ou seja, as diferenças da natureza da força de trabalho entre grupos

ocupacionais associadas a idade, gênero, raça, que também refletem as diversidades em experiência no mercado de trabalho.

Por outro lado, esta distribuição resulta não apenas das características físicas e das capacidades ou habilidades da população ocupada, mas também da demanda por trabalho apresentada pelas empresas e pelos consumidores de bens e serviços produzidos por autônomos. Neste contexto, os fatores de demanda do mercado de trabalho, nos anos mais recentes, estiveram profundamente associados à aceleração do progresso tecnológico e da globalização econômica, que obrigou à reestruturação tecnológica e organizacional das empresas na maior parte dos países e teve repercussões consideráveis sobre a natureza dos processos produtivos e a capacidade de absorção de trabalhadores. A modernização econômica, com a introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo que cria novas funções e ocupações, elimina uma série de outras e postos de trabalhos.

Verifica-se ainda que a especialidade da distribuição dos trabalhadores autônomos é interdependente do sistema global de trocas socioeconômicas e resulta dos determinantes históricos e naturais, mas também das inter-relações dentro do macrosistema social, ou seja, entre os subsistemas cultural, de participação (*status*), político e econômico (Kon, 1995).

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A análise empírica deste estudo teve como fonte de informações estatísticas as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios-PNADs de 1983, 1989 e 1997, em um exame *cross section*. Foi determinada uma Tipologia de Ocupações², elaborada a partir dos microdados das PNADs, no sentido de examinar o perfil dos trabalhadores fora da empresa, segundo o nível de qualificação. Esta classificação agrega os ocupados nas categorias de profissionais liberais, dirigentes e trabalhadores em ocupações da produção direta de bens e serviços e da administração, segundo nível de qualificação (qualificados, semiqualificados e não qualificados). A análise observa o país como um todo e as disparidades regionais, para as regiões conforme classificação das PNADs.

2. Para maiores detalhes sobre a Tipologia de Ocupações, veja-se Kon (1995).

Os anos de 1983, 1989 e 1997 correspondem a períodos conjunturais diferenciados e relevantes da economia brasileira, quando se observam diferenças nas condições do trabalho por conta própria e foram selecionados com a finalidade de comparação das transformações ocorrentes na composição destes trabalhadores nestas diferentes condições. O ano de 1983 correspondeu ao período mais agudo de recessão do início da década de oitenta, quando se verificou uma forte estagnação das atividades econômicas e, como decorrência, aumento considerável de ocupações autônomas. O final da década (1989) representa uma composição ocupacional resultante das políticas de estabilização de períodos anteriores, que conduziram a uma aceleração momentânea das atividades (com o Plano Cruzado) e posterior desaceleração com menores taxas de crescimento do produto e elevadas taxas de inflação. Por sua vez, o período de 1997 refletiu as políticas recessivas de estabilização que resultaram em recessão econômica no início da década e estabilização de preços com o Plano Real, com diminuição considerável de postos de trabalhos nas empresas. Pelo exame inicial das informações para o ano de 1999, observam-se ligeiras diferenças nas condições do trabalho por conta própria, porém esta análise (em andamento) não é o objeto específico deste artigo.

Salienta-se que tendo em vistas as reformulações na classificação das ocupações das PNADs verificadas no período e particularmente a partir de 1992, as agregações dos microdados para os três anos examinados foram elaboradas de modo a compatibilizar as análises, sendo feitos os ajustamentos necessários a estas mudanças tipológicas. Dessa forma, foi possibilitada a comparabilidade entre 1997 e os anos anteriores. Entre as variáveis disponíveis para análise na fonte de informações, foram selecionadas as que representavam alguns aspectos considerados mais relevantes para a definição dos aspectos estruturais do perfil dos trabalhadores, considerando-se as condições de oferta e demanda de trabalho, tendo em vista a escolaridade, a distribuição da população por gênero, o número de horas trabalhadas por semana e os rendimentos médios.

Devem ser feitas algumas considerações a respeito da disponibilidade das informações, que em muitos momentos conduziram e limitaram a possibilidade de análise mais detalhada. Salienta-se primeiramente que as PNADs, não pesquisam a área rural da região Norte e, portanto, para o país como um todo e para esta região, parte dos ocupados nas atividades rurais não são contabilizados. Os trabalhadores da zona rural do Norte compreendiam cerca de 49,5% da região e 12,2% do país,

de acordo com a Contagem da População pelo IBGE em 1996, o que altera ligeiramente o resultado das análises para o Brasil como um todo.

As ocupações englobadas no grupo “Contra Própria” pela FIBGE, foram conceituadas como formas de organização de produção em que o produtor é possuidor dos instrumentos de trabalho e vende seus serviços ou mercadorias diretamente ao consumidor, com práticas de trabalho individualistas, incluindo portanto os trabalhadores da produção para consumo próprio e da construção para uso próprio, categorias estas que são apresentadas separadamente em algumas informações mais recentes da PNAD, porém foram agregadas aos demais autônomos neste estudo.

As ocupações relacionadas aos serviços domésticos remunerados, no Brasil, revelam requisitos e comportamentos próprios que impedem a agregação aos autônomos, como por exemplo a natureza de assalariamento e a possibilidade de Carteira de Trabalho assinada, bem como as formas de remuneração em espécie, como moradia e alimentação, que não são declaradas pelas pessoas pesquisadas para efeito de remuneração do trabalho.

O Quociente de Diferenciação Regional (QDij) utilizado como indicador selecionado para a análise dos diferenciais regionais das estruturas ocupacionais entre os ocupados por conta própria neste trabalho, é conceituado como abaixo discriminado, sendo: X_i = número de pessoas ocupadas no país na categoria ocupacional i ; X = número de pessoas ocupadas no país; X_{ij} = número de pessoas ocupadas na região j na categoria ocupacional i ; X_j = número de pessoas ocupadas na região j , o quociente de diferenciação QDij é definido pela expressão:

$$QDij = X_{ij}/X_j . 100 / X_i/X . 100$$

medindo o grau de diferenciação espacial da representatividade da categoria ocupacional i na região j , em relação à média nacional. A interpretação de QDij pode ser feita mediante as seguintes considerações: a) $QDij < 1$, a categoria ocupacional i é menos representativa na região j , se comparada à representatividade no espaço nacional global;

b) $QDij > 1$, a categoria ocupacional i é mais representativa na região j se comparada á representatividade no espaço nacional global.

1. A distribuição ocupacional

Para o país como um todo, em 1997, os trabalhadores autônomos representam quase 21% do global de trabalhadores, dos quais a maior parte se concentra em ocupações de semiquualificados e profissionais liberais, que incluem ocupações que requerem algum grau de conhecimento técnico para o exercício das funções (embora na maior parte rudimentares), como por exemplo mecânicos, ferreiros, serralheiros, estofadores, cesteiros, vidreiros, alfaiates, costureiras, ourives, manicuras, cabeleireiras, entre outros. Os autônomos não-qualificados representam 2,7%, correspondendo na maior parte a ocupações relacionadas a trabalhos braçais, engraxates e bilheteiros. Os restantes distribuem-se nas demais categorias de ocupações, com representatividades não significativas, como por exemplo professores particulares, leiloeiros, fotógrafos, músicos, demais artistas, corretores, etc.

Considerando-se a divisão total segundo sexo para os trabalhadores por conta própria, observa-se que entre os homens a representatividade é inferior, situando-se acima de 16% dos ocupados masculinos brasileiros, enquanto que quase 30% das mulheres trabalham como autônomas de forma remunerada. Entre as distintas categorias ocupacionais, os profissionais liberais apresentam participação consideravelmente mais significativa entre as mulheres, situando-se em cerca de 18% em relação ao total das trabalhadoras brasileiras, enquanto que para o gênero masculino, apenas 0,7% alocam-se nesta categoria. Em ambos os gêneros uma concentração significativa de ocupados se situa também entre os semiquualificados, porém a população ocupada masculina (12,4%) aloca-se relativamente mais do que a feminina (6,4%) nesta categoria. Com relação aos não-qualificados porém, é verificado que as mulheres concentram-se com participação não significativamente superior que os homens na categoria.

A divisão dos trabalhadores por Conta Própria em cada região apresenta características específicas, que resultam, como visto, da natureza da oferta de mão-de-obra de cada espaço, da estrutura produtiva regional associada ao nível de desenvolvimento, que têm impactos sobre a possibilidade de absorver um contingente maior ou menor de trabalhadores nas empresas. A partir da Tabela 1 e Gráficos 1, observa-se uma relação inversa da representatividade dos trabalhadores autônomos com o maior nível de desenvolvimento regional, desde que as regiões mais industrializadas do Rio de Janeiro e São Paulo apresentam em 1997 participações consideravelmente menores (respectivamente 10,3% e 17%) enquanto que o Nordeste mostra

uma representatividade de quase 26% destes trabalhadores. Com relação à divisão entre categorias ocupacionais, a categoria de maior concentração para o total brasileiro, ou seja, de semiquualificados (14,6%), apresenta nas duas regiões mais avançadas participações relativamente menores que as demais, respectivamente de 5,6% e 10,5%, ao passo que o Nordeste engloba mais de 19% nestas ocupações. Considerando-se as ocupações de maior produtividade e remuneração, que incluem os profissionais liberais e qualificados sem nível superior, também a representatividade na região pólo de São Paulo é superior (2,6%) e no Nordeste estes trabalhadores representam apenas 0,5%. Por outro lado, entre os não-qualificados, que caracterizam atividades de menor produtividade, remuneração e geração de produto, a região nordestina também apresenta participações superiores às demais (exceto a zona urbana do Norte)³ e também no Rio de Janeiro.

Tabela 1
Distribuição regional da população ocupada como conta-própria,
segundo categorias ocupacionais
Brasil e Regiões – 1997

Categorias Ocupacionais	Em porcentagem							
	Brasil	RJ	SP	Sul	MG/ES	NE	C-O	NO ⁽¹⁾
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresas	79,1	80,7	83,0	80,4	80,6	74,4	79,9	76,0
Conta-Própria								
Total	20,9	10,3	17,0	19,6	19,4	25,6	20,1	24,0
Profissionais Liberais	0,6	0,3	1,5	0,8	0,4	0,2	0,6	0,5
Qualificados ⁽²⁾	1,1	0,6	1,1	0,6	0,8	0,3	0,7	0,9
Semiquualificados	14,6	5,6	10,5	15,3	14,7	19,5	14,4	15,4
Não-qualificados	4,1	3,8	3,9	2,9	3,5	5,6	4,4	7,2

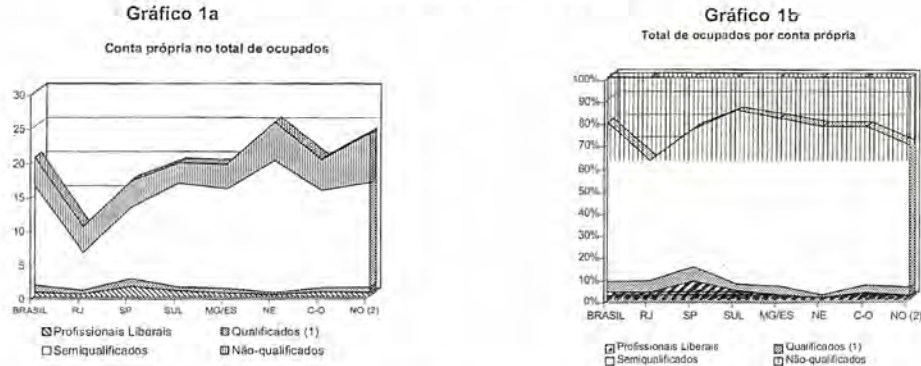
Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

(1) Zona urbana.

(2) Sem nível superior de escolaridade.

3. Estimativas revelam que se fosse considerada a zona rural, a concentração de não-qualificados seria superior.

Gráfico 1
Distribuição regional dos ocupados por
conta própria no total de ocupados
Brasil e regiões – 1997



Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997.

(1) Sem nível superior de escolaridade.

(2) Zona urbana.

Também regionalmente a condição de trabalho entre gêneros revela-se consideravelmente diferenciada, como é retratado na Tabela 2. Entre os trabalhadores do gênero masculino, as diferenças entre as regiões mais avançadas e menos desenvolvidas são ainda maiores, pois se o Rio de Janeiro e São Paulo englobam respectivamente cerca de 9,6% e 9,9% de autônomos, o Nordeste mostra uma representatividade de acima de $\frac{1}{4}$ do total de ocupados. Também é considerável a participação das regiões do Sul e da zona urbana do Norte, respectivamente de 16,5% e acima de 18%.

Tendo em vista as categorias ocupacionais, as maiores representatividades de trabalhadores autônomos do gênero masculino estão entre os semiquualificados do Nordeste que atingem mais de 21% dos homens ocupados, enquanto que para as regiões mais avançadas do Rio de Janeiro e São Paulo as concentrações são as menores entre as regiões neste grupo de trabalhadores (4,2% e 5,4%, respectivamente).

Por outro lado, com relação aos não-qualificados, tanto a região do Rio de Janeiro quanto a menos avançada apresentam representatividades aproximadas.

Com relação à população ocupada feminina, as diferenças entre regiões para o total de mulheres autônomas são menos significativas e mostram menor relação com o nível de desenvolvimento regional, embora as participações em relação ao

total de mulheres ocupadas seja superior do que a verificada para o gênero masculino (entre 24% e 34%). Para o total destas trabalhadoras, as maiores representatividades encontram-se no Rio de Janeiro (acima de 34%) e ainda na região urbana do Norte, que correspondem a espaços industrializados, enquanto que a representatividade em São Paulo (pouco acima de 28%) é pouco superior à do Nordeste (quase 25%) A região sul apresenta a menor participação de mulheres ocupadas por conta própria.

Tabela 2
Distribuição regional da população ocupada conta-própria,
segundo categorias ocupacionais e gênero
Brasil e Regiões – 1997

Categorias Ocupacionais	Em porcentagem							
	Brasil	RJ	SP	Sul	MG/ES	NE	C-O	NO ⁽¹⁾
HOMENS								
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresas	83,5	90,4	90,1	83,5	86,0	74,6	86,8	81,9
Conta-Própria								
Total	16,5	9,6	9,9	16,5	14,0	25,4	13,2	18,1
Profissionais Liberais	0,5	0,3	1,2	0,7	0,3	0,2	0,3	0,4
Outros Dirigentes	0,7	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	1,0	0,2
Qualificados ⁽¹⁾	0,4	0,5	0,2	0,1	0,2	0,2	0,9	0,3
Semiquualificados	12,4	5,1	6,1	14,1	11,6	21,3	10,7	12,2
Não-qualificados	2,5	3,5	2,3	1,3	1,8	3,6	0,3	5,0
MULHERES								
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresas	72,3	65,9	71,7	75,9	72,3	74,1	68,9	66,7
Conta-Própria								
Total	27,7	34,1	28,3	24,1	27,7	25,9	31,1	33,3
Profissionais Liberais	0,8	1,0	1,5	1,2	0,6	0,2	1,3	0,4
Outros Dirigentes	0,3	0,2	0,6	0,3	0,5	0,3	0,6	0,2
Qualificados ⁽²⁾	0,5	0,7	0,4	0,2	0,6	0,3	0,6	0,4
Semiquualificados	17,8	22,0	18,0	16,2	18,8	17,2	19,2	19,5
Não-qualificados	8,3	10,2	7,8	6,2	7,2	7,9	9,4	12,8

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

(1) Zona urbana.

(2) Sem nível superior de escolaridade.

Considerando-se as diferenças nas categorias ocupacionais, as semiqualficadas apresentam participações muito significativas e relacionada a atividades de serviços, pois nas regiões “mais especializadas” nestas atividades, do Rio de Janeiro e Centro-Oeste (como reflexo de Brasília) e ainda na zona urbana do Norte, atingem em torno 20% do total feminino; também em São Paulo e na região que engloba Minas Gerais e Espírito Santo, a representatividade é significativa e se situa acima de 18%. O Nordeste, mais uma vez, difere das demais regiões, porém com menor divergência, revelando consideravelmente menor participação de mulheres entre as semiqualficadas (pouco acima de 17%). Na categoria de não-qualificados, as concentrações são menores entre o gênero feminino (entre 6% e 13%), porém é no Rio e no Centro-Oeste que se verificam os maiores percentuais regionais.

As transformações nesta estruturação na década de noventa são visualizadas a partir da Tabela 3, que apresenta uma comparação da distribuição ocupacional para cada região separadamente, entre o final da década de oitenta e o ano de 1997. As mudanças na composição dos autônomos no período foram muito significativas entre as categorias de semiqualficados e não-qualificados, como reflexo das políticas públicas de estabilização da década, que priorizaram a contenção da inflação. Estas modificações estruturais verificaram-se uma vez que estas medidas, associadas a um processo relativamente mais intensivo de modernização de processos produtivos e organizacionais, acabaram por reduzir a oferta de postos de trabalho em empresas, por meio de terceirização de serviços especializados que passaram a ser fornecidos por autônomos qualificados diretamente às empresas, porém reduziram com maior intensidade os empregos de uma série de ocupações não-qualificadas, cuja representatividade aumentou no período consideravelmente em todas as regiões e para ambos os gêneros.

As participações das categorias ocupacionais em relação ao total de autônomos em cada região e para cada gênero mostravam uma concentração acima de 90% para os semiqualficados em 1989 e as menores taxas de participação (embora significativas) para este grupo de trabalhadores ocorreu entre os homens na região do Rio de Janeiro (quase 71%). No ano de 1997, este grupo de ocupações concentrava entre 53% e 86% para o gênero masculino e entre 53% e 68% para as mulheres, dispersando a anterior representatividade particularmente em direção aos não-qualificados.

Tabela 3
Distribuição ocupacional dos trabalhadores autônomos, segundo a
categoria ocupacional e gênero
Brasil e Regiões – 1989-1997

Em porcentagem

Regiões		Categorias Ocupacionais				Total
		Profissionais Liberais	Qualificados ⁽¹⁾	Semiquali- ficados	Não-qua- lificados	
BRASIL						
Homens	1989	1,2	1,1	91,3	6,4	100
	1997	2,9	2,3	79,1	15,7	100
Mulheres	1989	2,2	1,4	92,4	4,0	100
	1997	2,8	3,1	64,3	29,8	100
RJ						
Homens	1989	2,5	2,5	70,8	16,2	100
	1997	2,6	7,8	52,8	36,8	100
Mulheres	1989	3,9	2,7	87,5	5,9	100
	1997	2,1	6,3	53,4	38,2	100
SP						
Homens	1989	2,7	1,8	88,7	6,8	100
	1997	11,8	3,6	61,9	22,7	100
Mulher	1989	4,3	2,4	88,5	4,7	100
	1997	5,2	3,6	63,7	27,5	100
SUL						
Homens	1989	1,0	0,9	95,0	3,1	100
	1997	4,1	2,1	85,7	8,1	100
Mulheres	1989	3,6	1,1	94,8	0,5	100
	1997	4,9	2,0	67,4	25,7	100
MG-ES						
Homens	1989	1,7	0,9	91,5	5,9	100
	1997	1,8	2,7	82,5	13,0	100
Mulheres	1989	2,4	2,4	93,9	1,3	100
	1997	2,2	4,2	67,8	25,8	100
NE						
Homens	1989	0,3	0,8	92,6	6,3	100
	1997	0,5	1,3	83,9	14,3	100
Mulheres	1989	0,4	0,6	93,5	5,5	100
	1997	0,8	2,2	66,6	30,4	100
CO						
Homens	1989	1,0	1,2	91,4	6,4	100
	1997	2,6	2,2	81,0	14,2	100
Mulheres	1989	2,0	0,8	85,4	1,8	100
	1997	4,2	3,9	61,8	30,1	100
N⁽²⁾						
Homens	1989	1,5	1,8	93,3	13,4	100
	1997	2,3	2,7	67,6	27,4	100
Mulheres	1989	0,7	1,4	89,3	8,6	100
	1997	1,3	1,7	58,5	38,5	100

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1997. Elaboração da autora.

(1) Sem nível superior de escolaridade.

(2) Zona urbana.

A concentração de ocupados autônomos que se dá mais intensamente nas ocupações de semiqualificados inclui trabalhadores que possuem conhecimentos técnicos rudimentares, abrangendo ocupações burocráticas e de escritório e dentro desta categoria, pode existir uma gama de níveis de qualificação ou de responsabilidade, seja para uma mesma ocupação ou para ocupações diferentes. Por exemplo, são incluídos nesta categoria ocupacional desde trabalhadores agrícolas que possuem conhecimento rudimentar do trato agrícola, até trabalhadores da indústria manufatureira, alocados em tarefas automatizadas repetitivas. Este decréscimo não se verificou em termos absolutos, mas apenas relativos, tendo em vista que ocorreu, na década do noventa, um aumento da representatividade de trabalhadores autônomos não-qualificados e dos qualificados de nível técnico de escolaridade, oriundos de ocupações anteriores em empresas.

Os autônomos qualificados com nível técnico de escolaridade que correspondem por exemplo a ocupações de técnicos em várias especialidades – como edificações, química ou física, análises clínicas, operadores de equipamentos médicos e outros técnicos, assim como professores, religiosos, esportistas, artistas, parteiras, enfermeiras e ainda administradores ou gerentes sem nível superior, entre outros – também apresentaram um aumento na participação como autônomos em ambos os gêneros, embora menos considerável. As maiores intensidades de crescimento situaram-se no Rio de Janeiro e mais intensamente entre os homens, que de uma participação de 2,5% dos trabalhadores da região no final da década de oitenta, passaram para quase 8% em 1997; as mulheres, por sua vez, elevaram a participação de 2,7% para 6,3% nesta região.

Os não-qualificados apresentaram elevação considerável entre 1989 e 1997, ou seja, para o total brasileiro respectivamente de pouco acima de 6% para 16% no gênero masculino e de 4,0% a 30% para o feminino. No Rio de Janeiro e no Centro-Oeste, as mulheres não-qualificadas chegam a representar respectivamente mais de 38% e 30% das autônomas. Na categoria de não-qualificados, são incluídas ocupações de trabalhadores braçais, lavadeiras, passadeiras, vigias, serventes, contínuos, guardadores de automóveis entre outras as mulheres levaram desvantagens consideráveis.

2. Os quocientes de diferenciação regional

A observação dos Quocientes de Diferenciação Regional (QDij), apresentados na Tabela 4 e Gráfico 2, permite verificar com maior clareza o grau de divergência entre a representatividade dos ocupados por conta própria e a média global do país, separadamente para cada ano analisado. No ano de 1983, que como visto correspondeu ao pico da crise da década de oitenta, verifica-se que a participação de ocupados do gênero feminino intensifica-se consideravelmente nas regiões mais avançadas do Rio de Janeiro e de São Paulo mas também na região do Nordeste, o que permite considerar-se que prevalecia fortemente a entrada de trabalhadoras no mercado de trabalho, para fins de sobrevivência familiar. A situação dos homens é diferenciada neste ano, desde que os diferenciais regionais de representatividade são muito pequenos, em relação à média global do país, porém os maiores afastamentos encontram-se no Rio de Janeiro, onde a participação masculina é cerca de 14% inferior à média e no Centro-Oeste, onde é 11% superior.

Tabela 4
Quociente de diferenciação regional da população ocupada por
conta-própria, segundo gênero (Qdij)
Brasil e Regiões – 1983-1997

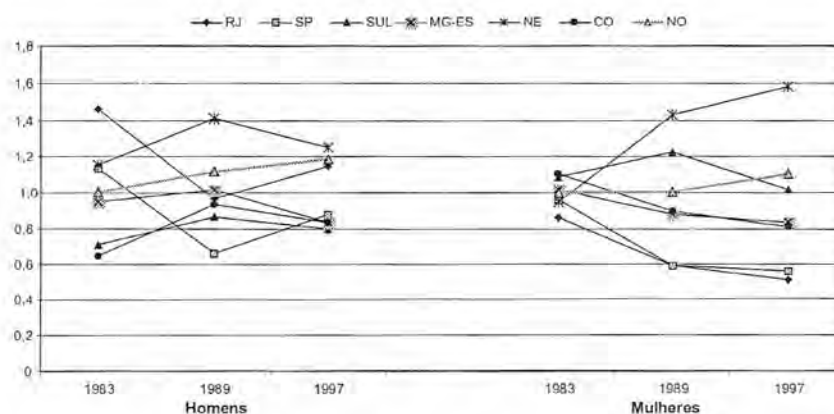
Gênero	Em porcentagem						
	RJ	SP	Sul	MG/ES	NE	CO	NO
Mulheres							
1983	1,46	1,14	0,71	0,95	1,16	0,65	1,01
1989	0,97	0,66	0,87	1,02	1,41	0,94	1,12
1997	1,15	0,88	0,80	0,84	1,25	0,84	1,19
Homens							
1983	0,86	0,96	1,09	1,02	0,95	1,11	1,00
1989	0,59	0,59	1,23	0,88	1,43	0,90	1,01
1997	0,51	0,56	1,02	0,84	1,58	0,81	1,11

Fonte dos dados brutos: IBGE – PNADs 1983, 1989 e 1997. Elaboração da autora.

A participação relativa superior de mulheres no Nordeste permanece também (e com maior intensidade) no final da década, após o período de recuperação econômica da década de oitenta, porém uma mudança relevante é observada em São Paulo, onde é verificado um decréscimo considerável de autônomas, tendo em vista o aumento de

oportunidades em empresas; também no Rio de Janeiro no período a participação relativa feminina cai consideravelmente, situando-se ligeiramente abaixo da média do país. Também a representatividade masculina de autônomos tem um decréscimo considerável no período nas regiões mais avançadas onde a participação de ocupados autônomos chega a se situar 40% abaixo da participação média do país, enquanto que no Sul e no Nordeste são observados os maiores quocientes.

Gráfico 2
Quocientes de diferenciação regional dos ocupados por conta própria, segundo gênero
Brasil – 1983-1997



Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1983, 1989 e 1997. Elaboração da autora.

Em 1997, após a estabilização no segundo quinquênio dos anos noventa, após a fixação das políticas econômicas estabilizadoras que mantêm a atividade econômica em retração, observa-se novamente entre a força de trabalho feminina que as maiores representatividades relativas voltam a se situar no Rio de Janeiro e no Nordeste, mas também na zona urbana do Norte, com diferenças de 15%, 25% e 19% respectivamente acima da média. No entanto, em São Paulo e nas demais regiões as participações situam-se entre 12% a 20% abaixo da média. Com relação à participação masculina, a situação mostra-se semelhante à do final da década, pois a região do Nordeste apresentou uma representatividade de ocupados autônomos entre os homens que se manteve em um grau pouco abaixo de 60% superior ao resto do país, enquanto que o Sul representava a situação média, e, com exceção da região urbana do Norte (11% acima), os quocientes para as demais regiões eram inferiores à unidade. Nas

regiões mais industrializadas, o grau de diferenciação situou-se em níveis ainda maiores do que no período anterior. Em suma, as dispersões de cada região, em relação à média global do país, são consideravelmente diferenciadas, tanto com relação a cada gênero separadamente, quanto tendo em vista os três períodos analisados, mostrando nitidamente os impactos das situações conjunturais anteriormente descritas.

Em suma, observou-se que a distribuição ocupacional de trabalhadores por conta própria, da mesma forma que ocorre nas empresas, também é consideravelmente assimétrica entre as regiões nacionais, particularmente no que se refere a gênero. Por outro lado, as transformações nesta divisão do trabalho no decorrer dos períodos foram significativas, como impacto das políticas econômicas conjunturais e também das questões estruturais subjacentes a cada espaço.

3. Diferenciais por idade

Uma observação sobre as diferenças na idade média global e na representatividade do trabalho infantil e de adolescentes, e ainda de idosos entre os conta-próprias é possibilitada pela Tabela 5 e Gráfico 3. Tendo como base de comparação a média brasileira de idade em cada faixa etária, observam-se diferenças regionais consideráveis. Primeiramente, constata-se em todas as regiões que 80% a 88% dos autônomos estão na faixa etária de 18 a 59 anos – intervalo de idade considerado adequado à prática normal do trabalho. As diferenças regionais nesta participação são 10% superiores no Rio de Janeiro e em São Paulo. Porém o exame entre os dois gêneros revela que a concentração das mulheres é superior nesta faixa, e em quase todas as regiões é superior à média brasileira (atingindo entre 86% e quase 94%), com exceção do Nordeste onde se aproxima da média.

Para o trabalho infantil e adolescente, é entre os autônomos que se concentram as maiores participações, em função da legislação proibitiva. Observam-se maiores diversidades regionais que no caso anterior, desde que os quocientes para o total de São Paulo, Sul e Centro-Oeste apresentam-se inferiores à média respectivamente em 30%, 50% e 20%, significando um avanço em relação às demais regiões. Os demais quocientes apresentam-se acima da unidade, refletindo o menor desenvolvimento relativo das regiões; e a zona urbana da região Norte mostra uma participação consideravelmente superior (110%), ou seja, quase 8% dos ocupados autônomos encontram-se nesta faixa etária. Nesta faixa a situação do Rio de Janeiro

ro, Minas Gerais e Espírito Santo e do Nordeste aproximam-se. Com relação ao gênero, os indicadores mostram um comportamento heterogêneo entre as regiões em relação ao grau de participação, embora em quase todos os casos (excetuam-se Minas Gerais e Espírito Santo) a participação masculina é superior. Em três das últimas regiões citadas para o global do país, a representatividade de ocupados do gênero masculino é consideravelmente superior à das mulheres. A região Sul é a que apresenta a menor participação de mulheres na prática normal do trabalho. As diferenças regionais nesta participação são 10% superiores no Rio de Janeiro e em São Paulo. Porém, o exame entre os dois gêneros revela que a concentração das mulheres é superior nesta faixa, e em quase todas as regiões é superior à média brasileira (atingindo entre 86% a quase 94%), com exceção do Nordeste onde se aproxima da média.

Tabela 5
Distribuição e quociente de diferenciação regional⁽¹⁾ da população ocupada como conta-própria por grupos de idade, segundo gênero
Brasil e Regiões – 1997

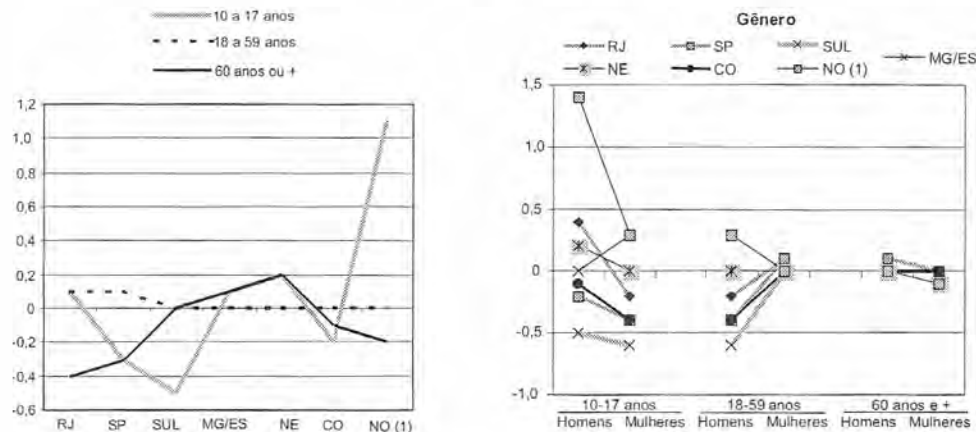
Regiões	10 a 17 Anos			18 a 59 Anos			60 Anos ou +		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Distribuição Regional (%)									
Brasil	3,7	3,9	3,2	83,0	80,2	89,8	13,3	15,9	6,9
Rio de Janeiro	4,2	5,2	3,1	87,5	82,9	92,4	8,3	11,9	4,6
São Paulo	2,6	2,9	2,3	88,0	84,3	93,7	9,4	12,8	4,1
Sul	1,8	1,8	1,5	84,9	82,8	91,2	13,3	15,4	7,3
MG/ES	4,2	3,8	5,0	81,4	78,4	88,7	14,4	17,8	6,3
Nordeste	4,3	4,5	3,8	80,3	78,3	86,1	15,4	17,2	10,0
Centro-Oeste	3,0	3,2	2,3	84,8	81,3	93,3	12,3	15,5	4,4
Norte ⁽²⁾	7,8	9,1	4,8	82,0	77,9	91,4	10,1	12,9	3,8
Quocientes de Diferenciação Regional									
Brasil	1,0	1,1	0,9	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	0,5
Rio de Janeiro	1,1	1,4	0,8	1,1	1,0	1,1	0,6	0,9	0,3
São Paulo	0,7	0,8	0,6	1,1	1,0	1,1	0,7	1,0	0,3
Sul	0,5	0,5	0,4	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	0,5
MG/ES	1,1	1,0	1,3	1,0	0,9	1,1	1,1	1,3	0,5
Nordeste	1,2	1,2	1,0	1,0	0,9	1,0	1,2	1,3	0,8
Centro-Oeste	0,8	0,9	0,6	1,0	1,0	1,1	0,9	1,2	0,3
Norte ⁽²⁾	2,1	2,4	1,3	1,0	0,9	1,1	0,8	1,0	0,3

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

(1) Base = total do Brasil.

(2) Zona urbana.

Gráfico 3
Diferenciais regionais da participação dos ocupados autônomos, segundo idade
Brasil – 1997



Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997.

Nota: Média global do Brasil = 0.

H = Homens e M = Mulheres

No caso dos idosos, para o global dos autônomos, as diferenças em relação à média também são mais significativas para o Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentam participações de cerca de 30% e 40% inferiores nesta faixa e, embora em menor grau, também são inferiores as representatividades no Centro-Oeste e no Norte. A maior concentração de idosos é constatada no Nordeste (20% acima da média de participação). Em todas as regiões as idosas apresentam uma participação significativamente inferior, que se situa em 70% abaixo da média brasileira desta faixa etária para Rio, São Paulo, Centro-Oeste e Norte, e, 50% para Minas Gerais e Espírito Santo e 20% para o Nordeste. Ao contrário, entre os homens, em quase todas as regiões a concentração é superior ou igual à média, com exceção do Rio de Janeiro, onde é 10% inferior. Conclui-se, a partir da análise que as regiões mais desenvolvidas apresentam relativamente um menor contingente de trabalhadores autônomos infantis e idosos, como decorrência de melhores oportunidades de trabalho em empresas.

4. O nível de escolaridade

O nível de qualificação pode ser dado basicamente pela escolaridade mensurada por anos de estudo em ensino regular, mas também por estudo em cursos técnicos adicionais ou treinamento no trabalho (*in the job*). Uma análise das diferenças regionais de escolaridade dos trabalhadores por Conta Própria é possibilitada a partir da Tabela 6 e Gráfico 4, que apresentam também os Quocientes de Diferenciação Regional tendo como base de comparação a escolaridade média do total de trabalhadores brasileiros e da categoria ocupacional.

Tabela 6
Escolaridade média⁽¹⁾ dos ocupados por conta própria, segundo categoria ocupacional
Brasil e Regiões – 1997

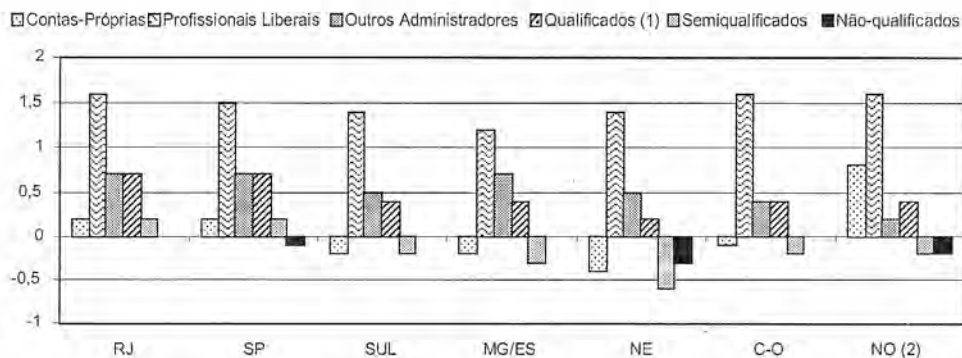
Categorias Ocupacionais	Brasil	RJ	SP	Sul	MG/ES	NE	C-O	NO ⁽²⁾
Escolaridade Média (Anos de estudo)								
Brasil	5	7	7	6	5	4	6	5
Contas-Próprias	5	6	6	5	5	3	5	4
Profissionais Liberais	13	14	13	13	12	13	14	14
Outros Administradores	9	9	9	8	9	8	7	7
Qualificados ⁽¹⁾	8	9	9	8	7	7	8	8
Semiquualificados	4	6	6	4	4	2	4	4
Não-qualificados	4	5	5	6	5	4	6	4
Quocientes de Diferenciação Regional (Base = Média global do país)								
Total Ocupados	1,0	1,4	1,4	1,1	1,0	0,8	1,1	1,0
Contas-Próprias	1,0	1,2	1,2	0,8	0,8	0,6	0,9	0,8
Profissionais Liberais	1,0	2,6	2,5	2,4	2,2	2,4	2,6	2,6
Outros Administradores	1,0	1,7	1,7	1,5	1,7	1,5	1,4	1,2
Qualificados ⁽¹⁾	1,0	1,7	1,7	1,4	1,4	1,2	1,4	1,4
Semiquualificados		1,2	1,2	0,8	0,7	0,4	0,8	0,8
Não-qualificados	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	0,7	1,0	0,8
Quocientes de Diferenciação Regional (Base = categoria ocupacional)								
Contas-Próprias	1,0	1,4	1,4	1,0	1,0	0,7	1,0	0,9
Profissionais Liberais	1,0	1,1	1,0	1,0	0,9	1,0	1,1	1,1
Outros Administradores	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9	0,8	0,7
Qualificados ⁽¹⁾	1,0	1,2	1,2	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9
Semiquualificados	1,0	1,9	1,8	1,3	1,1	0,7	1,3	1,2
Não-Qualificados	1,0	1,2	1,1	1,2	1,2	0,9	1,3	1,0

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

(1) Sem nível superior de escolaridade.

(2) Zona urbana.

Gráfico 4
Diferenciais regionais da participação de
contas-próprias, segundo escolaridade
Brasil – 1997



Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997.

Nota: Média Global Brasil = 0.

(1) Sem nível superior de escolaridade.

(2) Zona urbana.

A partir da comparação com a média brasileira, é verificada inicialmente a superioridade do grau de escolaridade do total dos autônomos do Rio de Janeiro e de São Paulo cujos indicadores mostram-se acima da unidade, enquanto que para as demais regiões se mostram abaixo; o Nordeste apresenta o nível inferior, enquanto que o Centro-Oeste aproxima-se da média. A observação segundo a categoria ocupacional revela que entre os Profissionais Liberais, embora em todas as regiões o grau de superioridade em relação à média dos trabalhadores brasileiros seja considerável, observa-se uma dispersão ligeiramente inferior para a região que engloba Minas Gerais e Espírito Santo e as maiores dispersões são apresentadas pelo Rio de Janeiro, Centro-Oeste e a zona urbana do Norte. Os níveis de escolaridade situam-se abaixo da média e Espírito Santo, Nordeste (significativamente inferior), Centro-Oeste e Norte, bem como para os não-qualificados das regiões de São Paulo, Nordeste e zona urbana do Norte. Note-se que os não-qualificados das demais regiões apresentam escolaridade igual à média global do país.

Pelo enfoque que considera como base o total de Contas-Próprias de cada categoria ocupacional, observa-se que para o total de autônomos, as regiões do Rio e de São Paulo continuam apresentando considerável superioridade, enquan-

to o Nordeste mostra grau significativamente inferior e em menor grau o Norte. O mesmo comportamento observa-se quando examinadas as categorias ocupacionais separadamente. As regiões do Sul, Minas e Espírito Santo e Centro-Oeste situam-se na média do total de autônomos. As dispersões de grau de escolaridade entre os Profissionais Liberais é pouco significativa e apenas em Minas e Espírito Santo, o indicador é ligeiramente menor que a unidade. Entre os Outros Administradores, maiores diversidades são mostradas pelo Centro-Oeste e Norte com menor nível. As diferenças mais notáveis encontram-se entre os semiquualificados, que são os mais representativos entre os autônomos e os que apresentam maior heterogeneidade na natureza das ocupações; para estes trabalhadores, o Rio de Janeiro e São Paulo apresentam indicadores respectivamente 90% e 80 % superiores, o Sul, Centro-Oeste e Norte entre 30% e 20%, ao passo que Quociente para o Nordeste é 30% inferior.

As informações confirmam as hipóteses teóricas de que a natureza da oferta de trabalho, no que se refere ao “capital humano” composto pela escolaridade adquirida, tem forte relacionamento com o desenvolvimento econômico regional, uma vez que, considerando-se o PIB como indicador, os diferentes níveis de desenvolvimento coincidem com os níveis de escolaridade apresentados pelas regiões.

5. A jornada de trabalho

A distribuição da jornada de trabalho dos ocupados por Conta Própria é visualizada na Tabela 7 e Gráfico 5, que apresentam a concentração destes trabalhadores segundo o número de horas trabalhadas por semana. Tendo como base o global do país para cada período de horas separadamente, observa-se que as concentrações de trabalhadores nesta faixa são consideravelmente diferenciadas entre os gêneros. Entre os que trabalham menos que 40 horas semanais, os homens apresentam concentrações abaixo da média em todas as regiões e as variações entre as regiões situam-se em uma gama de 16% a 27% dos autônomos do gênero masculino que concentram-se nesta faixa. O menor afastamento da média, ou seja as maiores concentrações relativas, encontram-se no Nordeste e no Norte, enquanto que em São Paulo, Sul e Centro-Oeste verificam-se as menores concentrações ou maior afastamento da média.

Tabela 7
 Distribuição regional da população ocupada por conta-própria,
 por horas trabalhadas, segundo gênero
 Brasil e Regiões – 1997

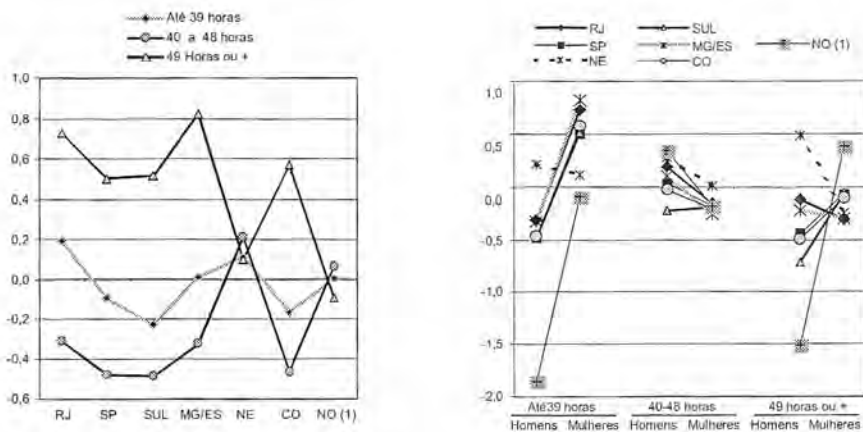
Regiões	Até 39 horas			40 a 48 horas			49 horas ou +		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Distribuição Regional									
Brasil	30,7	21,8	52,3	34,6	38,8	24,4	34,6	39,3	23,3
Riode Janeiro	36,6	21,1	53,0	31,2	36,5	25,7	32,0	42,1	21,2
São Paulo	27,7	16,0	46,1	29,3	31,9	25,2	42,6	51,5	28,5
Sul	23,6	15,8	46,5	24,1	23,9	24,7	52,2	60,2	28,8
MG/ES	31,0	20,7	56,0	30,4	33,7	22,5	38,4	45,4	21,4
Nordeste	34,3	26,5	57,8	43,3	49,4	24,7	22,4	24,1	17,5
Centro-Oeste	25,7	16,4	48,2	28,2	29,8	24,3	46,1	53,7	27,3
Norte ⁽¹⁾	30,7	23,3	47,5	30,7	35,4	19,9	38,4	41,1	32,3
Quocientes de Diferenciação Regional									
Brasil	1,0	0,7	1,7	1,0	1,1	0,7	1,0	1,1	0,7
Rio de Janeiro	1,2	0,7	1,7	0,9	1,1	0,7	0,9	1,2	0,6
São Paulo	0,9	0,5	1,5	0,8	0,9	0,7	1,2	1,5	0,8
Sul	0,8	0,5	1,5	0,7	0,7	0,7	1,5	1,7	0,8
MG/ES	1,0	0,7	1,8	0,9	1,0	0,6	1,1	1,3	0,6
Nordeste	1,1	0,9	1,9	1,3	1,4	0,7	0,6	0,7	0,5
Centro-Oeste	0,8	0,5	1,6	0,8	0,9	0,7	1,3	1,6	0,8
Norte ⁽¹⁾	1,0	0,8	1,5	0,9	1,0	0,6	1,1	1,2	0,9

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

Base: Total do Brasil em cada período de horas.

(1) Zona urbana.

Gráfico 5
Diferenciais regionais da participação dos contas-próprias,
segundo jornada de trabalho e gênero
Brasil – 1997



Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997.

Nota: Média global do Brasil = 0.

H = Homens e M = Mulheres.

(1) Zona urbana.

Afastamento inverso se dá com as mulheres, que em todas as regiões revelam quocientes consideravelmente acima da unidade (em 50% a 90%), significando maior concentração de trabalhadoras em relação à média do país. As variações entre as regiões mostram que entre 46% e 58% das mulheres que trabalham por conta própria se situam neste período. No Nordeste e em Minas Gerais e Espírito Santo encontram-se as maiores intensidades.

Para os trabalhadores que se ocupam em um período igual à jornada regular do trabalho nas empresas, ou seja, de 40 a 48 horas semanais, observa-se entre os homens que também no Nordeste ocorre a maior concentração (40% acima da média). No Sul o quociente é inferior à unidade em 30% e em São Paulo e Centro-Oeste é 10%, enquanto que nas demais regiões se aproxima da média. Para as mulheres os quocientes revelam uma concentração heterogênea, entre 30% e 40% abaixo da unidade, em todas as regiões, que equivale a uma concentração de trabalhadoras nesta jornada entre 20% a 26% do total feminino de Conta-Próprias.

Observando-se os autônomos que se ocupam mais de 48 horas por semana, é verificado para os homens apenas no Nordeste um quociente inferior à unidade, que corresponde a 24% de trabalhadores ali concentrados. Entre as demais regiões, os afastamentos da média são positivos, com diversas intensidade, constatando-se para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e Norte, as menores dispersões em relação à média (20% e 30%), e para São Paulo, Sul e Centro-Oeste as maiores dispersões (entre 50% e 70%). No que se refere às mulheres, as dispersões são todas negativas, com maior intensidade no Nordeste (50%) e no Rio de Janeiro e Norte (40%).

Em suma observa-se que as diferenças de intensidades de concentração de trabalhadores por conta própria nas várias jornadas de trabalho apresenta relação direta com o nível de desenvolvimento regional, pois constata-se três grupos distintos de regiões com concentrações similares em cada período. Estes grupos podem ser identificados como: a) composto pela região menos avançada do Nordeste, onde o comportamento é grandemente diferenciado; b) de concentração intermediária, formado pela região do Sul c) um grupo de concentração homogênea formado pelas demais regiões.

5. O rendimento médio

Em pesquisa anterior para o final da década de oitenta (Kon, 1995), a situação do rendimento médio dos trabalhadores autônomos revelava que os Profissionais Liberais recebiam melhores remunerações que os qualificados das empresas, pois 78% ganhavam acima de 5 Salários Mínimos (SM) e 62% auferiam acima de 10 SM. Nesta categoria, para a faixa de remunerações de 5 a 10 SM, as mulheres se concentravam mais intensamente, ao contrário do que ocorria na classe superior de rendimentos. Os demais autônomos se encontravam em situação precária, observando-se que em torno de 70% ganhavam até 3 SM e destes, as mulheres se situavam preferencialmente na faixa de 1 SM. Estes trabalhadores, de um modo geral, auferiam ganhos comparáveis com a média dos semi-qualificados de menores qualificações das empresas.

O rendimento médio dos autônomos apresenta algumas diferenciações entre as regiões, como é retratado na Tabela 8 e Gráfico 6, que apresentam estes rendimentos em Salários Mínimos, revela que no global, como é de se esperar, a remuneração dos autônomos está relacionada ao grau de desenvolvimento da região,

desde que a região mais industrializada de São Paulo apresenta uma média de remuneração superior e o Nordeste mostra uma média consideravelmente inferior. As regiões do Rio de Janeiro, Sul, Minas e Espírito Santo e Centro-Oeste apresentam uma média superior a do total dos Conta-Próprias, que se iguala à da média global dos trabalhadores brasileiros. Os Quocientes de Diferenciação Regional permitem a constatação dos graus de divergências existentes e pela abordagem dos indicadores com base cada categoria ocupacional separadamente, observando-se inicialmente que apenas em São Paulo, todos os resultados são superiores à unidade e o maior grau de afastamento positivo é significativo e se verifica entre os semiquualificados. Por outro lado, o Nordeste é a única região a apresentar indicadores negativos em todas as categorias ocupacionais. Observando-se os Profissionais Liberais, é constatado que além desta última região mencionada, o Sul, Minas Gerais e Espírito Santo apresentam remunerações ligeiramente inferiores à média da categoria (entre 10% e 20%). Já entre os Outros Administradores, apenas São Paulo, Minas e Espírito Santo e a zona urbana do Norte situam-se ligeiramente acima da média, enquanto as remunerações das demais regiões são inferiores, porém também com pouco afastamento.

As divergências mais consideráveis nos níveis de remuneração de uma categoria encontram-se entre os qualificados de nível técnico de escolaridade, que apresentam indicadores positivos para o Rio de Janeiro, São Paulo (maior afastamento, de 20%) e o Sul, enquanto as demais regiões afastam-se negativamente, com maior grau no Nordeste e no Norte.

Entre os semiquualificados apenas o Nordeste apresenta remuneração inferior à média (30%), porém as intensidades dos afastamentos positivos são consideráveis para São Paulo (90%), como vimos, e para o Rio de Janeiro (50%). Estas duas últimas regiões também são as que apresentam relativamente maior nível de remunerações entre os não-qualificados e uma vez mais o Nordeste e o Norte são os espaços que apresentam dispersões negativas.

A comparação tendo como base a média total dos rendimentos do Brasil permite confirmar a constatação de que no Nordeste a média dos rendimentos dos Conta-Própria é inferior à média brasileira num grau considerável (40% abaixo) e na zona urbana do Norte mostra-se 20% inferior. A remuneração média em São Paulo é 40% superior à brasileira como um todo e no Rio de Janeiro e Centro-Oeste são apenas 10% superior.

Tabela 8
 Rendimento médio⁽¹⁾ da população ocupada fora das empresas,
 por categoria ocupacional, segundo a região
 Brasil e Regiões – 1997

Categorias Ocupacionais	Brasil	RJ	SP	Sul	MG/ES	NE	C-O	NO ⁽²⁾
Rendimento Médio								
Brasil	4	5	5	4	3	2	4	4
Contas-Próprias	3	4	5	4	4	2	4	3
Profissionais Liberais	7	7	8	6	6	6	8	10
Outros Administradores	7	6	7	6	7	5	6	7
Qualificados ⁽¹⁾	5	5	6	4	4	3	4	3
Semi-qualificados	3	5	6	4	4	2	4	4
Não-qualificados	3	4	4	3	3	2	3	2
Quociente de Diferenciação Regional (Base: Total da Categoria Ocupacional)								
Brasil	1,0	1,3	1,4	1,0	0,9	0,6	1,0	1,0
Contas-Próprias	1,0	1,3	1,7	1,2	1,2	0,7	1,3	1,0
Profissionais Liberais	1,0	1,1	1,2	0,9	0,8	0,9	1,1	1,5
Outros Administradores	1,0	0,8	1,1	0,9	1,1	0,8	0,9	1,0
Qualificados ⁽¹⁾	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,7	0,9	0,7
Semi-qualificados	1,0	1,5	1,9	1,3	1,2	0,7	1,3	1,2
Não-qualificados	1,0	1,4	1,4	1,2	1,0	0,8	1,1	0,8
Quociente de Diferenciação Regional (Base: Total do Brasil)								
Brasil		1,3	1,4	1,0	0,9	0,6	1,0	1,0
Contas-Próprias		1,1	1,4	1,0	1,0	0,6	1,1	0,8
Profissionais Liberais		2,1	2,3	1,7	1,6	1,8	2,1	2,8
Outros Administradores		1,6	2,1	1,7	2,0	1,5	1,8	1,9
Qualificados ⁽¹⁾		1,4	1,6	1,2	1,0	0,9	1,1	0,9
Semiqualificados		1,3	1,6	1,1	1,0	0,6	1,1	1,0
Não-qualificados		1,0	1,0	0,8	0,7	0,6	0,8	0,6

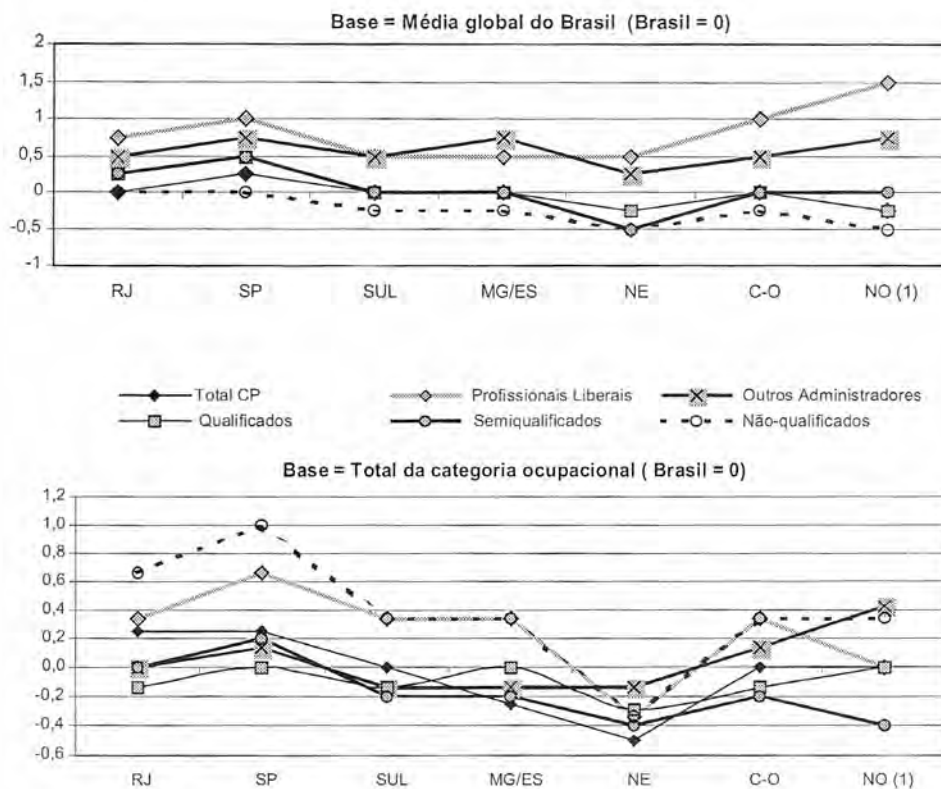
Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

(1) Em salários mínimos.

(2) Sem nível superior de escolaridade.

(3) Zona urbana.

Gráfico 6
Diferenciais regionais da participação de
contas-próprias, segundo rendimentos
Brasil – 1997



Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

(1) Sem nível superior de escolaridade.

(2) Zona urbana.

Os afastamentos positivos em relação à remuneração média brasileira, verificados entre os Profissionais Liberais, são superiores na zona urbana do Norte (180%), pelo fato de que nas outras regiões a zona rural contribui para a diminuição da média, porém também significativos são os quocientes apresentados pelo Rio, São Paulo e Centro-Oeste, que se afastam entre 110% e 130%, e com uma intensidade também considerável, se mostram as demais regiões (entre 60% a 80%). Os ocupados

como Outros Administradores também apresentam vantagens consideráveis nas remunerações com relação à média do trabalhador brasileiro em todas as regiões, com maior grau em São Paulo, Minas e Espírito Santo (120% e 110% respectivamente).

Dos qualificados sem nível superior de escolaridade, apenas o Nordeste e a zona rural Norte revelam rendimentos cerca de 10% inferiores, enquanto que a superioridade da região mais industrializada chega a 60%. Este mesmo diferencial positivo para esta região é encontrado para os semi-qualificados, entre os quais, apenas o Nordeste afasta-se negativamente (40%) enquanto as demais encontram-se próximas à média e o Rio de Janeiro mostra uma superioridade em torno de 30%. Finalmente, observa-se que os ganhos dos não-qualificados equivalem à média brasileira em São Paulo e no Rio de Janeiro, porém são inferioridade nas demais regiões, situam-se entre 20% (no sul e Centro-Oeste) e cerca de 40% (nas demais).

Sumarizando, observa-se que as remunerações regionais refletem as características diferenciadas com relação a idade, gênero e escolaridade que estabelecem o valor de mercado do trabalho oferecido e as oportunidades de trabalho em cada espaço, em consonância com o nível de desenvolvimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises estatísticas, verificou-se que os trabalhadores autônomos são representados em mais da metade por ocupações classificadas como pertencentes ao grupo semiquualificados e a representatividade de não-qualificados, na maior parte em ocupações relacionadas a trabalhos braçais ou como comerciantes não proprietários, é menos significativa que a categoria anterior. Estes trabalhadores semiquualificados apresentam-se com um heterogeneidade significativa em relação a rendimentos médios e nível de escolaridade.

Dessa forma, é possível inferir-se que a condição do trabalhador autônomo no Brasil está fortemente relacionada com o nível de desenvolvimento econômico que reflete condições estruturais por um lado, porém de outro lado se associa também fortemente às questões conjunturais e à capacidade de cada espaço regional de resolver com maior ou menor adequação às pressões da força de trabalho para a criação de empregos nas empresas.

Em períodos de estagnação das atividades econômicas a representatividade dos trabalhadores por conta própria eleva-se paralelamente a precarização das condições de remuneração. No entanto observa-se que entre estes trabalhadores autônomos uma parcela de ocupações mais privilegiadas, que requerem maior qualificação do trabalhador, apresentam condições mais favoráveis de rendimentos do que trabalhadores em empresas. E, dessa forma, é de se supor que parte destes ocupados optam por permanecerem na condição de conta-próprias, que nesta situação proporcionam maiores benefícios.

Salienta-se que na Tipologia de Ocupações criada (KON, 1995), a natureza das ocupações englobadas nas categorias de trabalhadores por conta própria varia em relação às condições de trabalho, nível de remuneração, requisitos de qualificação ou escolaridade e mesmo nível de continuidade ou estabilidade na ocupação. Podem se classificar em uma gama de ocupações artesanais como por exemplo sapateiro, costureira, carpinteiros, artistas plásticos, entre outros, passando por ocupações de serviços pessoais como manicuras, massagistas, de serviços domiciliares como jardineiros, faxineiras, até ocupações mais qualificadas de profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados, contadores ou ainda ocupações que exigem elevada qualificação porém não requerem nível superior de escolaridade, como esportistas, técnicos em setores da química ou da física, técnicos em manutenção de aparelhos ou instrumentos, entre outros.

Como é possível notar, algumas ocupações pedem requisitos de especialização ou experiência profissional do produtor e a posse de instrumentos de produção e destinam-se a mercado não competitivos e, dessa forma, a entrada de novos produtores não é livre, como é o caso de ocupações altamente especializadas do setor de informação que utilizam informática. Uma outra série de ocupações requerem baixo nível de qualificação do trabalhador, não exigem grandes investimentos de capital em instrumentos de produção e, portanto, há facilidade de entrada de novos produtores e neste caso a renda média é a variável de ajuste entre o tamanho de mercado e o número de pessoas ali ocupadas.

Por outro lado, alguns ocupados por conta própria exercem atividades regulares, atuando de forma permanente ou estável no tipo de trabalho a que se dedicam. São exemplificados por comerciantes e pequenos proprietários rurais ou urbanos e profissionais liberais e tendem a gerar um nível superior de renda de usufruírem de uma condição material de vida que pode ser superior à dos assalariados nas mesmas

ocupações e desta forma, seus interesses são diferenciados dos trabalhadores assalariados (Kon, 2000). As formas de trabalho a domicílio são heterogêneas no Brasil, comparando-se a outros países avançados da Europa pesquisados por Tate (1996) que constata situações de trabalhadores autônomos a domicílio sem registro que produzem um componente do processo produtivo para uma pequena empresa ou para subsidiárias de grandes empresas e podem mesmo produzir o produto final.

É necessário distinguir o tipo de trabalho a domicílio subordinado permanentemente a uma empresa e que é assalariado, do trabalhador por conta-própria cuja atividade não é permanentemente dependente da empresa e exerce um trabalho não assalariado. Observou-se também a relação destas ocupações com a cadeia produtiva internacional, que pressiona algumas empresas a buscarem a competência de trabalhadores autônomos em diversas partes do mundo, em busca de melhores condições de competição internacional. De qualquer forma foi observado nestes tipos de ocupações no domicílio a característica de feminização e de baixa qualidade das condições de trabalho. A feminização explica-se pela possibilidade da mulher de conciliar este tipo de ocupação com a rotina das atividades domésticas, pela independência de horário previamente estabelecido para o trabalho; nesse caso, existe um controle sobre os prazos de entrega da produção.

Com relação às mulheres, verifica-se em muitos casos também a opção por este tipo de situação, desde que a autonomia em relação a horário mais rígido da jornada de trabalho e a possibilidade de desenvolver o trabalho a domicílio favorece parte da população trabalhadora feminina. No que se refere especificamente à questão dos rendimentos, a análise transcende a simples influência das capacidades inatas ou adquiridas da força de trabalho, desde que na atualidade o gênero é considerado uma categoria analítica relacional, referindo-se à organização social das relações entre os sexos. Especificamente no Brasil esta assimetria vem se confirmando também entre a parcela de trabalhadores por conta própria. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo, decorrem em grande parte da consideração sobre o papel da mulher na sociedade no âmbito familiar e doméstico, e de sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, bem como da qualificação ou capacitação (que recebe uma conotação diferenciada de escolaridade) para exercer ocupações de maior responsabilidade.

No entanto, estes padrões médios da divisão do trabalho do país revelam divergências consideráveis quando observados para os diversos espaços, tendo em vis-

ta, além dos condicionantes históricos e da disponibilidade de uma base de recursos naturais e materiais, outros determinantes macro-sociais, que estabelecem uma qualidade específica para cada espaço considerado, que assume padrões diferenciados de distribuição ocupacional, com divergências com relação à tipicidade nacional como um todo. Verificou-se que a capacidade de cada região de desenvolver estruturas produtivas diferenciadas, se configura em padrões específicos de ajustamento da mão-de-obra

São confirmadas as hipóteses assumidas de que fatores de oferta de trabalho influenciam na distribuição ocupacional fora de empresas, de acordo com a especificidade do perfil da força de trabalho, ou seja, as diferenças da natureza da força de trabalho entre grupos ocupacionais, que são freqüentemente associadas ao capital humano, idade, e gênero, que também refletem as diversidades em experiência no mercado de trabalho.

Por outro lado, esta diversidade no perfil regional dos autônomos resulta não apenas das características físicas e das capacidades ou habilidades da população ocupada, mas também da demanda por trabalho apresentada pelas empresas e pelos consumidores de bens e serviços produzidos por autônomos. Neste contexto, os fatores de demanda do mercado de trabalho, nos anos mais recentes, estiveram profundamente associados à aceleração do progresso tecnológico e da globalização econômica, que obrigou à reestruturação tecnológica das empresas, conjuntamente com os problemas conjunturais resultantes das políticas governamentais de estabilização econômica. Os fatores de demanda, portanto, atuaram no sentido de privilegiar espaços que já se destacavam por maiores índices de desenvolvimento econômico e que respondem de forma mais favorável aos requisitos estruturais e conjunturais da demanda.

Os fatores de oferta e de demanda moldam conjuntamente o perfil das remunerações regionais e verifica-se, entre as características analisadas do perfil regional do trabalhador por conta própria no país, uma maior assimetria do que a encontrada entre os trabalhadores alocados nas empresas.

BIBLIOGRAFIA

- BERNHART, Iwin. Comparative advantages in self-employment and paid work, *Canadian Journal of Economics*, v. 27, N. 2, May/1994.
- BRYSON, Alex & WHITE, Michael. *From unemployment to self-employment: the consequences of self-employment for the long-term unemployed.*, London, Policy Studies Institute, 1996.
- KON, Anita. *A Estrutura Ocupacional Brasileira: uma abordagem regional*, Brasília, SESI, 1995.
- _____. *Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira: impactos sobre o gênero*, Relatório N° 19/1999, São Paulo, NPP-EAESP/FGV, 1999.
- _____. *Perfil Ocupacional dos Trabalhadores por Conta Própria no Brasil, Relatório de Pesquisa NPP-AESP/FGV*, São Paulo, 2000.
- PAMPLONA, João Batista, *Erguendo-se pelos próprios cabelos. Auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*, PUC/SP, Tese de Doutorado, 2000.
- PIRES, Elson L.S. *Metamorfose e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80*, FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 1995.
- TATE, J. *Every pair tells a story*, Employment and Industrial Affairs, UK, 1996.